



UNICEPLAC

CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos –UNICEPLAC

Curso de Direito

Trabalho de Conclusão de Curso

Implementação da Inteligência Artificial em atendimentos remotos: a problemática do acesso efetivo aos serviços judiciais

ANA CAROLINA LIBERAL DIONIZIO

Implementação da Inteligência Artificial em atendimentos remotos: a problemática do acesso efetivo aos serviços judiciais

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador: Prof. Me. Antônio Róger Pereira de Aguiar.

ANA CAROLINA LIBERAL DIONIZIO

Implementação da Inteligência Artificial em atendimentos remotos: a problemática do acesso efetivo aos serviços judiciários

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 19 de novembro de 2024.

Banca Examinadora

Prof. Me. Antônio Róger Pereira de Aguiar
Orientador

Prof.^a . Me. Caroline Lima Ferraz
Examinadora

Prof. Me. João de Deus Alves de Lima
Examinador

Dedico aos meus pais, Andréia Liberal e Wellington Dionizio, que sob muito sol, fizeram-me chegar até aqui, na sombra. Tudo que tenho e sou devo a vocês.

Aos meus irmãos, Washington Augusto e Ana Beatriz, que me inspiram todos os dias, vocês são o motivo da minha alegria.

Aos meus avós paternos, Joaquim e Ana, espero que estejam orgulhosos, agradeço por toda proteção e por sempre me darem forças ai do céu. E aos meus avós maternos, Reginaldo e Eva Geralda, em especial a minha vovó Eva, obrigada por ser minha base, minha conselheira e por nunca me deixar desistir dos meus sonhos.

Agradecimentos

Não poderia finalizar este ciclo sem agradecer a Deus, que em sua infinita bondade me abençoou com pessoas maravilhosas que me ajudaram e me apoiaram durante toda minha trajetória acadêmica e principalmente durante a produção deste artigo.

Agradeço aos meus familiares que me deram todo apoio necessário e foram os meus motivos para continuar, aos meus amigos que dividiram comigo sorrisos, lágrimas e todo mix de sentimentos durante a graduação. Não poderia deixar de agradecer ao meu namorado, Arthur, que foi um suporte essencial para tornar essa trajetória final mais leve, sua positividade e confiança em mim fazem com que eu acredite que não há limites que não consigo superar.

Por fim, expresso minha gratidão ao meu orientador, por todo o apoio ao longo da realização do meu trabalho.

Implementação da Inteligência Artificial em atendimentos remotos: a problemática do acesso efetivo aos serviços judiciários

Ana Carolina Liberal Dionizio¹; Antônio Róger Pereira de Aguiar²

Resumo

Partindo de experiências concretas vivenciadas durante orientações e atendimentos jurídicos realizados no âmbito da Defensoria Pública e nos núcleos de prática universitária, surgiu o interesse em analisar e descrever os prós e contras da utilização da inteligência artificial nos atendimentos remotos realizados pelo Judiciário. O estudo foi desenvolvido apoiado em referências bibliográficas onde ensinam que o operador do Direito deve-se utilizar da retórica, dos avanços tecnológicos e da norma culta da língua portuguesa, entretanto, evitando o uso excessivo do “juridiquês”, uma vez que a melhor comunicação é aquela que não deixa lacunas de interpretações. O objetivo do trabalho é analisar o impacto da implementação da Inteligência Artificial em atendimentos remotos e a problemática do acesso efetivo aos serviços judiciários. Desta forma, dispondo do método indutivo, o presente artigo demonstra a inegável necessidade de utilização dos meios digitais, como a inteligência artificial, para “desafogar” as demandas do judiciário. Noutra giro, enfatiza a importância do uso de linguagens simples e objetivas para a transmissão de mensagens aos leigos e hipossuficientes que buscam a garantia ou defesa de seus direitos.

Palavras-chaves: Inteligência artificial; Limitações; Linguagem Simples; Judiciário.

Abstract

Based on concrete experiences during legal guidance and consultations carried out within the scope of the Public Defender's Office and in university practice centers, interest arose in analyzing and describing the pros and cons of using artificial intelligence in remote consultations carried out by the Judiciary. The study was developed based on bibliographical references which teach that the legal operator must use rhetoric, technological advances and the cultured standard of the Portuguese language, however, avoiding the excessive use of “legalese”, since the best communication It is one that leaves no gaps in interpretation. The objective of the work is to analyze the impact of implementing Artificial Intelligence in remote services and the problem of effective access to judicial services. Thus, using the inductive method, this article demonstrates the undeniable need to use digital means, such as artificial intelligence, to “unburden” the demands of the judiciary. In another turn, it emphasizes the importance of using simple and objective languages to transmit messages to lay people and the disabled who seek to guarantee or defend their rights.

Keywords: Artificial Intelligence; Limitations; Simple Language; Judiciary.

¹Graduando Curso de Direito, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos–Uniceplac. E-mail: anacarolinaliberal1980@gmail.com.

²Mestre em Direito e Políticas Públicas. Docente no Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos –Uniceplac. E-mail: antonio.aguiar@uniceplac.edu.br.